

2025

Visão PLDFT



Ana Cristina Silva

1/1/2025

Sumário

| | |
|---|----------|
| 1. Introdução | 3 |
| 2. Impactos Econômicos | 3 |
| 2.1. Desestabilização do Sistema Financeiro | 3 |
| 2.2. Redução de Investimentos Legítimos | 3 |
| 2.3. Concorrência Desleal | 3 |
| 2.4. Custo de Combate e Regulação | 3 |
| 2.5. Evasão de Recursos Públicos | 4 |
| 3. Impactos Sociais | 4 |
| 3.1. Financiamento de Atividades Criminosas e Terroristas | 4 |
| 3.2. Aumento da Desigualdade | 4 |
| 3.3. Perda de Confiança nas Instituições | 4 |
| 3.4. Instabilidade Política e Social | 4 |
| 3.5. Prejuízo à Segurança Global | 4 |
| 4. Legislação e Regulações | 5 |
| 4.1. Leis e Regulamentações Nacionais (Brasil) | 5 |
| 4.1.1. Lei nº 9.613/1998 (Lei de Lavagem de Dinheiro) | 5 |
| 4.1.2. Lei nº 13.260/2016 (Lei Antiterrorismo) | 5 |
| 4.1.3. Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) | 5 |
| 4.1.4. Circular BACEN nº 3.978/2020 | 5 |
| 4.2. Leis e Regulamentações Internacionais | 5 |
| 4.2.1. Convenção de Viena (1988) | 5 |
| 4.2.2. Convenção de Palermo (2000) | 5 |
| 4.2.3. Convenção Internacional para a Supressão do Financiamento do Terrorismo (1999) | 6 |
| 4.2.4. Recomendações do GAFI (FATF) | 6 |
| 4.2.5. Patriot Act (EUA, 2001) | 6 |
| 4.2.6. Regulamento AMLD (União Europeia) | 6 |
| 5. Órgãos Reguladores no Brasil | 6 |
| 5.1. COAF (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) | 6 |
| 5.2. Banco Central do Brasil (BACEN) | 6 |
| 5.3. CVM (Comissão de Valores Mobiliários) | 7 |
| 5.4. SUSEP (Superintendência de Seguros Privados) | 7 |
| 5.5. PREVIC (Superintendência Nacional de Previdência Complementar) | 7 |
| 6. Etapas da Lavagem de Dinheiro | 7 |
| 6.1. As Três Fases da Lavagem de Dinheiro e Exemplos Práticos | 8 |

| | | |
|--------|---|----|
| 6.1.1. | Colocação | 8 |
| 6.1.2. | Ocultação | 8 |
| 6.1.3. | Integração | 8 |
| 6.2. | Resumo com Exemplos Conectados | 9 |
| 6.2.1. | Colocação: Um criminoso vende drogas e usa o dinheiro para comprar carros com pagamentos em dinheiro vivo. | 9 |
| 6.2.2. | Ocultação: Ele revende os carros para outra pessoa e deposita o dinheiro obtido em várias contas bancárias no exterior..... | 9 |
| 6.2.3. | Integração: Ele traz os recursos de volta para o país investindo em uma franquia de restaurantes, apresentando os lucros como ganhos legítimos. | 9 |
| 7. | Sinais de Alerta (Red Flags) na Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo | 9 |
| 7.1. | Transações Suspeitas | 9 |
| 7.2. | Origem ou Destino de Recursos Duvidoso | 10 |
| 7.3. | Perfil do Cliente Não Condizente com as Movimentações | 10 |
| 7.4. | Uso de Negócios de Fachada ou de Alta Movimentação de Caixa | 10 |
| 7.5. | Comportamentos Incomuns de Clientes | 10 |
| 7.6. | Estruturas Complexas ou Difíceis de Rastrear | 11 |
| 8. | Conheça Seu Cliente (KYC - Know Your Customer) | 11 |
| 9. | CONCLUSÃO | 12 |

1. Introdução

A Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (PLDFT) é um tema essencial para proteger a economia, garantir a integridade do sistema financeiro e combater atividades ilícitas. Este e-book foi criado para oferecer uma visão clara e prática sobre a PLDFT, para ajudar profissionais a entenderem e cumprirem suas obrigações de forma clara e prática.

- **O que é PLDFT?**

- Definição de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo.
- Objetivo da PLDFT: proteger o sistema financeiro e combater atividades ilícitas.

- **Por que a PLDFT é importante?**

- Impacto econômico e social da lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo. Afetando não apenas as economias, mas também a segurança, a confiança das pessoas e a estabilidade das sociedades. Veja os principais impactos:

2. Impactos Econômicos

2.1. Desestabilização do Sistema Financeiro

- Quando o dinheiro "sujo" circula, ele pode mascarar os reais indicadores econômicos, dificultando decisões de políticas públicas e financeiras.
- A presença de dinheiro ilícito pode inflar ou distorcer setores econômicos, como imóveis e investimentos.

2.2. Redução de Investimentos Legítimos

- Investidores perdem confiança em países ou setores associados a crimes financeiros.
- Economias com altos índices de lavagem de dinheiro tendem a ter mais dificuldades em atrair investimentos estrangeiros.

2.3. Concorrência Desleal

- Empresas legítimas enfrentam concorrência desleal de empresas que usam recursos ilícitos para reduzir custos ou dominar mercados.

2.4. Custo de Combate e Regulação

- Governos e instituições financeiras precisam gastar bilhões em tecnologias, auditorias e capacitação para evitar esses crimes.

2.5. Evasão de Recursos Públicos

- Dinheiro obtido por meio de corrupção e outras atividades ilegais muitas vezes é transferido para fora do país, prejudicando a arrecadação de impostos e investimentos em serviços públicos.

3. Impactos Sociais

3.1. Financiamento de Atividades Criminosas e Terroristas

- Recursos ilegais fortalecem organizações criminosas que praticam tráfico de drogas, armas, pessoas e terrorismo.
- Esses crimes alimentam violência e insegurança nas comunidades.

3.2. Aumento da Desigualdade

- Enquanto o dinheiro ilícito circula em benefício de poucos, as comunidades enfrentam menos investimentos em saúde, educação e infraestrutura.
- A corrupção desvia recursos que deveriam ser usados para o bem público.

3.3. Perda de Confiança nas Instituições

- Quando instituições financeiras, empresas ou governos estão envolvidos em lavagem de dinheiro, a população perde confiança nas autoridades e no sistema.
- Essa perda de credibilidade dificulta a cooperação social e econômica.

3.4. Instabilidade Política e Social

- Países com alto índice de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo tendem a ter governos instáveis e elevados níveis de violência e corrupção.

3.5. Prejuízo à Segurança Global

- O financiamento do terrorismo aumenta o risco de ataques que afetam diretamente a vida de milhares de pessoas.
- A instabilidade em uma região pode se espalhar para outras áreas, gerando crises humanitárias.

4. Legislação e Regulações

- Principais leis nacionais e internacionais sobre PLDFT.

4.1. Leis e Regulamentações Nacionais (Brasil)

4.1.1. Lei nº 9.613/1998 (Lei de Lavagem de Dinheiro)

- Define o crime de lavagem de dinheiro e estabelece medidas para sua prevenção e combate.
- Cria o COAF (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), responsável por monitorar transações suspeitas.
- Obriga instituições financeiras e outros setores a implementar programas de compliance e relatar operações suspeitas.

4.1.2. Lei nº 13.260/2016 (Lei Antiterrorismo)

- Define o crime de terrorismo e penaliza quem promove ou financia atos terroristas.
- Complementa a Lei nº 9.613/1998 ao abordar o financiamento do terrorismo.

4.1.3. Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção)

- Embora não seja específica para PLDFT, exige que empresas adotem programas de integridade para prevenir corrupção e outros crimes financeiros.

4.1.4. Circular BACEN nº 3.978/2020

- Regulamenta os procedimentos obrigatórios para instituições financeiras na prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.
- Exige que as instituições implementem políticas, procedimentos e controles internos para gerenciar riscos.

4.2. Leis e Regulamentações Internacionais

4.2.1. Convenção de Viena (1988)

- Promovida pela ONU, foi o primeiro grande acordo internacional para combater o tráfico de drogas e a lavagem de dinheiro associada a ele.

4.2.2. Convenção de Palermo (2000)

- Trata do combate ao crime organizado transnacional, incluindo a lavagem de dinheiro como uma de suas prioridades.

4.2.3. Convenção Internacional para a Supressão do Financiamento do Terrorismo (1999)

- Obriga os países signatários a criminalizar o financiamento de atos terroristas e congelar recursos ligados ao terrorismo.

4.2.4. Recomendações do GAFI (FATF)

- O **Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI)** é uma organização intergovernamental que estabelece 40 recomendações para combater a lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo.
- Países membros, como o Brasil, devem adotar essas diretrizes para harmonizar práticas globais de PLDFT.

4.2.5. Patriot Act (EUA, 2001)

- Introduzido após os ataques de 11 de setembro, reforça as regras contra o financiamento do terrorismo, impondo maior vigilância sobre transações financeiras internacionais.

4.2.6. Regulamento AMLD (União Europeia)

- Diretivas específicas para os Estados-Membros da União Europeia sobre combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, como a **6ª AMLD** (Anti-Money Laundering Directive).

- Órgãos reguladores e suas funções no Brasil.

5. Órgãos Reguladores no Brasil

5.1. COAF (Conselho de Controle de Atividades Financeiras)

- **Função:**
 - Receber, analisar e disseminar informações sobre atividades financeiras suspeitas.
 - Prevenir e combater a lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo.
- **Como atua:**
 - Recebe comunicações de operações suspeitas enviadas por bancos, corretoras e outros setores obrigados.
 - Encaminha relatórios ao Ministério Público e outros órgãos de investigação quando identifica indícios de crimes.

5.2. Banco Central do Brasil (BACEN)

- **Função:**

- Regular e fiscalizar o setor financeiro em relação à prevenção de crimes financeiros.
- **Como atua:**
 - Emite normas, como a Circular nº 3.978/2020, que detalha os procedimentos obrigatórios de PLDFT para instituições financeiras.
 - Realiza inspeções e aplica penalidades em caso de descumprimento das normas.

5.3. CVM (Comissão de Valores Mobiliários)

- **Função:**
 - Supervisionar o mercado de valores mobiliários, como ações e fundos de investimento.
- **Como atua:**
 - Monitora transações para evitar lavagem de dinheiro através do mercado de capitais.
 - Exige que corretoras e gestoras implementem controles de PLDFT.

5.4. SUSEP (Superintendência de Seguros Privados)

- **Função:**
 - Regular e fiscalizar o mercado de seguros, previdência privada aberta e capitalização.
- **Como atua:**
 - Obriga empresas a reportar transações suspeitas no setor de seguros.

5.5. PREVIC (Superintendência Nacional de Previdência Complementar)

- **Função:**
 - Supervisionar o setor de previdência complementar fechada (fundos de pensão).
- **Como atua:**
 - Implementa regras para mitigar riscos de lavagem de dinheiro no setor previdenciário.

6. Etapas da Lavagem de Dinheiro

- Explicação das três fases principais: colocação, ocultação e integração.
- Exemplos práticos de como ocorrem na prática.

6.1. As Três Fases da Lavagem de Dinheiro e Exemplos Práticos

A lavagem de dinheiro ocorre em três fases principais: **colocação**, **ocultação** e **integração**. Cada etapa tem características específicas e estratégias usadas por criminosos para "limpar" dinheiro obtido de forma ilegal.

6.1.1. Colocação

O que é:

A fase em que o dinheiro "sujo" (proveniente de atividades ilícitas) é introduzido no sistema financeiro ou em atividades legais para começar a disfarçar sua origem.

Exemplos práticos:

- **Depósitos bancários:** Um traficante deposita pequenas quantias de dinheiro em várias contas bancárias diferentes (técnica chamada "smurfing") para não levantar suspeitas.
- **Compra de bens em dinheiro:** Adquirir carros de luxo ou imóveis em dinheiro vivo, dificultando o rastreamento da origem dos recursos.
- **Casas de câmbio:** Trocar grandes quantias de dinheiro por moeda estrangeira para dificultar a identificação da origem.

6.1.2. Ocultação

O que é:

Nessa fase, os criminosos tentam esconder a origem do dinheiro ilícito por meio de movimentações financeiras complexas ou transações em diferentes países.

Exemplos práticos:

- **Transferências internacionais:** O dinheiro é enviado para contas em paraísos fiscais, onde as leis de sigilo bancário dificultam investigações.
- **Negócios de fachada:** Criar empresas fictícias ou de fachada que geram notas fiscais falsas para justificar a entrada de dinheiro ilegal.
- **Fragmentação:** Dividir os valores em várias contas bancárias, empresas ou ativos para confundir as autoridades.

6.1.3. Integração

O que é:

É a etapa final, quando o dinheiro já parece legítimo e pode ser usado livremente. Nesta fase, ele retorna ao sistema financeiro com a aparência de ser fruto de atividades legais.

Exemplos práticos:

- **Investimentos em empresas legítimas:** Comprar participações em negócios, como restaurantes, hotéis ou empresas de tecnologia, para justificar o lucro.
- **Venda de bens comprados anteriormente:** Um imóvel adquirido com dinheiro "sujo" é vendido, e o valor recebido pela venda passa a parecer legítimo.
- **Falsos empréstimos:** Empresas de fachada criam contratos fictícios de empréstimos ou serviços para justificar o fluxo de dinheiro.

6.2. Resumo com Exemplos Conectados

6.2.1. Colocação: Um criminoso vende drogas e usa o dinheiro para comprar carros com pagamentos em dinheiro vivo.

6.2.2. Ocultação: Ele revende os carros para outra pessoa e deposita o dinheiro obtido em várias contas bancárias no exterior.

6.2.3. Integração: Ele traz os recursos de volta para o país investindo em uma franquia de restaurantes, apresentando os lucros como ganhos legítimos.

7. Sinais de Alerta (Red Flags) na Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo

Os **sinais de alerta** são indícios de que uma atividade financeira pode estar relacionada a crimes como lavagem de dinheiro ou financiamento do terrorismo. São comportamentos ou transações que fogem do padrão esperado e devem ser monitorados com atenção.

- Identificação de comportamentos e transações suspeitas.
- Exemplos: movimentações financeiras incompatíveis com a renda, contas de "laranjas".

7.1. Transações Suspeitas

- **O que observar:**
 - Movimentação de grandes quantias de dinheiro sem explicação lógica ou comercial.
 - Depósitos ou retiradas frequentes em dinheiro vivo, acima do necessário para a atividade declarada.
 - Divisão de um valor elevado em várias transações menores para evitar limites de notificação (técnica conhecida como "smurfing").
- **Exemplo:**
Uma pessoa que declara ser dona de uma pequena loja faz depósitos diários de R\$ 50 mil em dinheiro vivo.

7.2. Origem ou Destino de Recursos Duvidoso

- **O que observar:**
 - Transferências para ou de países conhecidos como paraísos fiscais ou regiões de alto risco.
 - Dinheiro vindo de fontes não relacionadas ao cliente ou não justificadas.
- **Exemplo:**

Um cliente transfere regularmente dinheiro para contas bancárias em um país conhecido por não cooperar com investigações financeiras.

7.3. Perfil do Cliente Não Condizente com as Movimentações

- **O que observar:**
 - Estilo de vida ou transações financeiras incompatíveis com a renda declarada.
 - Cliente relutante em fornecer informações ou que apresenta documentação incompleta ou suspeita.
- **Exemplo:**

Uma pessoa que trabalha como assistente administrativo compra carros de luxo e imóveis de alto valor, sem justificativa clara.

7.4. Uso de Negócios de Fachada ou de Alta Movimentação de Caixa

- **O que observar:**
 - Empresas que movimentam grandes quantidades de dinheiro sem justificar o volume pelo tipo de atividade.
 - Negócios com transações incomuns, como pagamento de produtos/serviços que não são do setor.
- **Exemplo:**

Um pequeno restaurante registra lucros altíssimos, muito acima da média do mercado, sem aumento visível no número de clientes.

7.5. Comportamentos Incomuns de Clientes

- **O que observar:**
 - Clientes que insistem em realizar transações em dinheiro vivo, mesmo quando há opções mais convenientes.
 - Movimentações financeiras feitas por terceiros, sem conexão clara com o cliente.
- **Exemplo:**

Um cliente chega ao banco com uma mala cheia de dinheiro vivo e pede para depositar em diversas contas diferentes.

7.6. Estruturas Complexas ou Difíceis de Rastrear

- **O que observar:**
 - Uso de empresas de fachada ou contas em nome de terceiros para movimentar dinheiro.
 - Cliente que utiliza intermediários ou contratos confusos para justificar transações.
- **Exemplo:**

Um empresário usa três empresas diferentes para fazer transferências entre elas, dificultando o rastreamento da origem do dinheiro.
- Importância do processo de identificação e verificação de clientes.
- Como funciona o KYC e a atualização de informações.

8. Conheça Seu Cliente (KYC - Know Your Customer)

- Importância do processo de identificação e verificação de clientes.
- Como funciona o KYC e a atualização de informações.
- **Identificação de Clientes:** Implementação de processos robustos para verificar identidade e origem dos recursos.
- **Monitoramento de Clientes:** Análise contínua de perfil, transações e comportamentos para detectar inconsistências.
- **Classificação de Risco:** Segmentação de clientes de acordo com o nível de risco (baixo, médio, alto).

Monitore as Transações

Isso significa ficar de olho no que está acontecendo com o dinheiro:

- **Movimentações grandes:** Se alguém de repente movimentar muito dinheiro, isso pode ser um sinal.

Por exemplo: Uma pessoa que ganha um salário de R\$ 5.000 de repente recebe uma transferência de R\$ 500.000 na conta.

Não faz sentido esse valor tão alto com base no histórico financeiro dela.

- **Movimentações Atípicas:** Transações muito frequentes, valores fora do normal ou dinheiro vindo de lugares suspeitos.

Por exemplo:

- Um cliente que normalmente faz 3 ou 4 transferências por mês começa a fazer 30 transferências pequenas todo dia. O fracionamento do dinheiro em

valores pequenos para evitar chamar atenção (isso é conhecido como *smurfing*).

- **Dinheiro vindo de países considerados paraísos fiscais ou com pouca regulação financeira, como Ilhas Cayman ou Panamá.** Esses lugares são conhecidos por esconder a origem de recursos ilegais.
- **Dinheiro vivo:** Quem movimenta grandes quantias em espécie pode estar tentando esconder a origem do dinheiro.

9. CONCLUSÃO

A Lavagem de dinheiro é o processo de disfarçar a origem ilícita de recursos financeiros obtidos através de atividades ilegais, como tráfico de drogas, corrupção, contrabando, entre outros. O objetivo é "limpar" esse dinheiro, tornando-o aparentemente legítimo para que possa ser usado sem levantar suspeitas. o Objetivo da PLDFT é proteger o sistema financeiro e combater atividades ilícitas, garantindo que que bancos, fintechs, corretoras e outras instituições financeiras não sejam usadas por criminosos para "lavar" dinheiro ou financiar atos ilícitos e impedindo que recursos financeiros sejam usados para sustentar crimes como tráfico de drogas, corrupção, terrorismo e outros. As ações citadas neste e-book ajudam a enfraquecer organizações criminosas e terroristas, promovendo a segurança, a justiça e o bem-estar social. Agora que você compreendeu os conceitos e ferramentas essenciais, está mais preparado para contribuir ativamente na construção de um ambiente financeiro mais seguro e transparente.